

## A quem serve a transição energética? Minerais estratégicos, terras raras e conflitos na Bahia

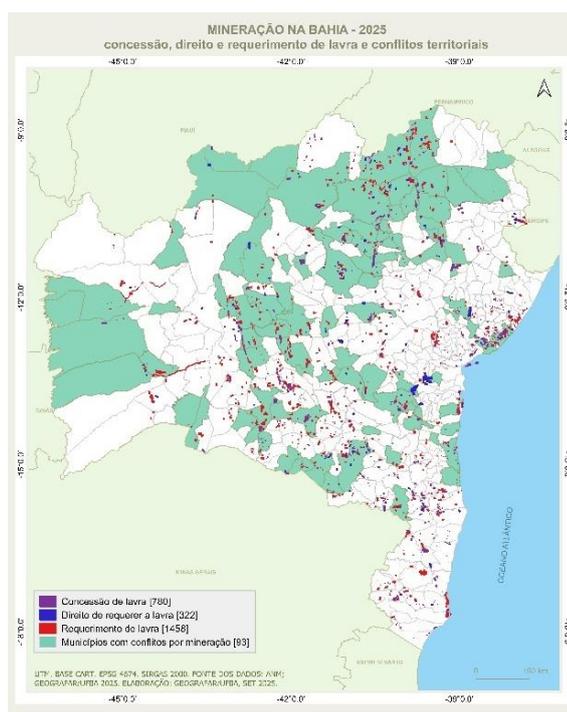
Valdirene S. Rocha Sousa; Lucas Zenha Antonino; Guiomar Inez Germani  
*GeografAR/UFBA, 2025*

A mineração acompanha a história do Brasil e da Bahia desde o período colonial. Ainda que novos métodos e tecnologias tenham sido incorporados, a essência do modelo mineral permanece a mesma: a exploração intensiva da natureza voltada, sobretudo, para a exportação. Esse modelo, marcado pela dependência econômica, reproduz contradições estruturais e reafirma a posição subordinada do país no sistema global. É preciso refletir sobre como esse padrão de exploração, ao longo de séculos, naturalizou desigualdades, moldou territórios de acordo com interesses externos e produziu um espaço brasileiro desigual. Para além dessa compreensão, urge debater e entender as condições históricas e sociais que determinaram a perpetuação desse modelo fundado na concentração da terra, na espoliação e expropriação dos territórios e no saque mineral.

O debate crítico em torno do problema mineral mostra como as corporações transnacionais, em aliança permanente com o Estado brasileiro, sustentam uma lógica expropriatória que impõe às populações violações de direito sob várias dimensões. Povos indígenas, quilombolas, camponeses e comunidades tradicionais têm sido historicamente afetados pela territorialização do capital mineral. Nessas relações, o subsolo se converte em espaço de disputa, e os territórios de vida na superfície são transformados em territórios minerados. Dessa forma, a contradição Estado-capital-trabalho torna-se o núcleo do conflito e a questão agrária se configura enquanto dominador comum das lutas no campo.

O aumento de mais de 46% nas autorizações de pesquisa mineral na Bahia, nos últimos quatro anos, evidencia o interesse global pelos bens minerais do estado e reflete-se na intensificação da pressão sobre os territórios camponeses. Estudos do GeografAR indicam que, em 2025, já são 93 os municípios com conflitos decorrentes da atividade minerária (Figura 1).

Figura 1 – Conflitos da Mineração Na Bahia - 2025

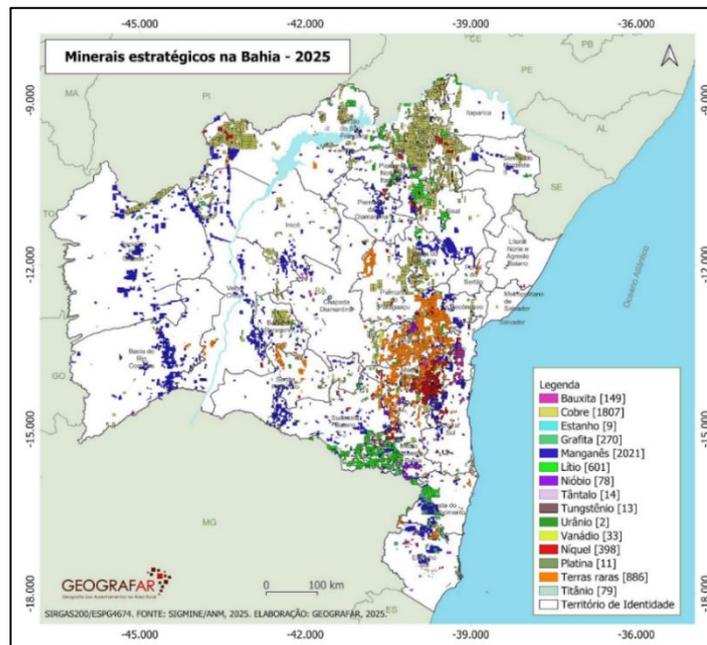


Diante dessa realidade, a expansão das atividades minerárias, legitimada por políticas estatais e interesses corporativos, aprofunda desigualdades, intensifica disputas pelo uso da terra e da água e amplia as violações de direitos de povos e comunidades tradicionais. As novas fronteiras extrativo-minerais inserem a Bahia no “ecossistema global do capital”, conectando o estado à lógica do neoextrativismo. Esse processo se intensifica no contexto da emergência climática e do discurso da transição energética, que legitimam a corrida por minerais estratégicos, entre eles as terras raras.

A promessa de uma economia de baixo carbono esconde a continuidade de práticas coloniais e dependentes, que visa alimentar o sistema eletrointensivo de acumulação de capital, aprofundando a financeirização da natureza e a desterritorialização das populações. Diante das narrativas desenvolvimentistas, a retórica da descarbonização e da chamada “mineração verde” ou “inclusiva” tem sido estrategicamente mobilizada para convencer a opinião pública sobre a legitimidade da expansão mineral. Essas construções discursivas operam como instrumentos de convencimento coletivo e se articulam a mecanismos de consenso e de controle social, que constituem uma das bases do tripé de sustentação do poder no “método corporativo-estatal” que rege o setor mineral.

Nesse contexto, os minerais estratégicos alcançaram uma condição geopolítica de poder, pois são necessários para a produção das chamadas “tecnologias do futuro”, como turbinas eólicas, baterias de veículos elétricos e semicondutores. A Bahia está entre os estados brasileiros com maior número de processos de pesquisa mineral dessas substâncias, portanto, está na rota da expansão mineral (Figura 2).

Figura 2 – Processos minerários de minerais estratégicos na Bahia, 2025.



A proximidade de grandes eventos do setor, como a Expositiva 2025, reforça a retórica oficial de progresso e inovação. O discurso corporativo-estatal celebra a mineração como sinônimo de desenvolvimento e modernização, ocultando os impactos sociais e ambientais vividos em mais de 230 municípios baianos onde a atividade já está presente. É urgente refletir sobre como essas narrativas se consolidam e quais interesses sustentam, sobretudo diante da ausência de transparência e respeito à soberania popular nos territórios. No campo normativo, a classificação de certos minérios como “estratégicos” ou “críticos” revela a dimensão geopolítica da disputa. De forma objetiva, pode-se concluir: “estratégico para quem tem, crítico para quem não tem”.

No Plano Nacional de Mineração 2030, elaborado pelo Ministério de Minas e Energia em 2010, os Elementos de Terras Raras (ETRs) são igualmente destacados como minerais estratégicos fundamentais para o desenvolvimento tecnológico e energético do país. Conforme o Serviço Geológico do Brasil (2015), a China detém 55 Mt de reservas de Elementos de Terras Raras, cerca de 50% do total mundial, e concentrou, em 2015, aproximadamente 90% da produção global, cenário que representa risco crescente para as indústrias consumidoras e intensifica a corrida por esses minerais estratégicos. O Brasil ocupa a segunda posição, com 22 Mt de reservas, volume que poderá aumentar após a conclusão dos estudos de viabilidade econômica dos projetos em andamento.

As Terras Raras são, retoricamente, apresentadas como “minerais do futuro”, por suas propriedades singulares e aplicações em tecnologias de ponta. Entretanto, sua exploração envolve altos custos, riscos ambientais e potenciais impactos radiológicos. Os minérios de Terras Raras apresentam características como magnetismo intenso e permanente, elevada resistência a altas temperaturas e notáveis capacidades de absorção e emissão de luz, características que os tornam indispensáveis à indústria de alta tecnologia, como a robótica, veículos elétricos e turbinas eólicas. São empregados ainda em displays de plasma, telas de smartphones e televisores de tela plana; em sistemas de iluminação LED e lâmpadas fluorescentes compactas; em equipamentos médicos como aparelhos de raios-X e tomografia; na produção de mísseis guiados e outros sistemas de armamento; na fabricação de ímãs permanentes para motores elétricos de veículos híbridos e turbinas eólicas; além de atuarem como catalisadores de gases de escapamento, lentes de alta refração e componentes ópticos.

Os Elementos de Terras Raras correspondem a um grupo de 17 elementos químicos, que são encontrados em quantidade significativa na natureza, a citar: Lantânio (La), Cério (Ce), Praseodímio (Pr), Neodímio (Nd), Promécio (Pm), Samário (Sm), Európio (Eu), Gadolínio (Gd), Escândio (Sc), Ítrio (Y), Térbio (Tb), Disprósio (Dy), Hólmio (Ho), Érbio (Er), Túlio (Tm), Itérbio (Yb), Lutécio (Lu). Na Bahia, 886 processos de pesquisa sobre esses minerais estão em andamento, em sua grande maioria na fase de Autorização de Pesquisa, concentrando-se em regiões como o Vale do Jiquiriçá e o Médio Rio das Contas (Figura 3).

Figura 3 – Processos minerários de terras raras na Bahia, 2025



São investidas do capital mineral que se sobrepõem a territórios tradicionais e camponeses, historicamente invisibilizados, assentamentos e áreas de preservação ambiental, evidenciando a profundidade do conflito em regiões com indicadores sociais críticos e questões fundiárias estruturantes.

Em 2010, diante da crescente demanda nacional e internacional por minerais estratégicos, o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Ciência e Tecnologia instituíram, de forma conjunta, o Grupo de Trabalho Interministerial sobre Minerais Estratégicos - GTI-ME. Mais recentemente, em 2025, o governo brasileiro anunciou a criação de uma comissão “ultra especial” para mapear os minerais críticos presentes no solo e no subsolo do país, incluindo as terras raras. Atualmente, apenas o projeto da Mineração Serra Verde, em Minaçu (GO), está em operação no Brasil. A empresa é a única a produzir em escala, fora da Ásia, quatro dentre os elementos críticos de Terras Raras (neodímio, praseodímio, térbio e disprósio), considerados fundamentais para as tecnologias modernas, conforme informações disponíveis em seu sítio institucional.

A entrada de empresas de capital internacional em territórios do interior baiano, no município de Jequié, exemplifica o avanço dessa fronteira mineral. Enquanto corporações apresentam seus projetos a autoridades locais, as comunidades são excluídas dos espaços de diálogo e processos de decisão, restando-lhes apenas informações repassadas pela mídia. Nesse contexto, a ofensiva extrativa também se articula à infraestrutura logística, como a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) e o Porto Sul, que potencializam a exportação de minérios. O discurso governamental trata essa estrutura como pilar de desenvolvimento, mas, na prática, reforça a dependência de cadeias globais e a submissão da economia regional às necessidades externas.

Desse modo, os “territórios extrativo-mineral” na Bahia evidenciam um *modus operandi* que, do “passado” ao “futuro” é atravessado por contradições históricas. A exploração de minerais estratégicos e de terras raras, apresentada como inevitável e urgente, vem reproduzindo um modelo mineral violador de direitos e a produção de um espaço desigual. O desafio é construir uma política mineral democrática, calcada na construção de um modelo mineral que priorize a soberania nacional e a participação popular; que reconheça os limites da exploração predatória e valorize os modos de vida ameaçados, conforme tem denunciado e anunciado os movimentos sociais que se colocam na luta e enfrentamento ao modelo mineral em curso, há séculos, no Brasil e na Bahia.

O amanhã não deveria estar à venda e “o futuro é agora”! Neste sentido, é premente pensar sobre outras formas de transicionar, compreendidas não como mera expansão ou transação energética, mas como um verdadeiro processo de transformação socioecológica fundada no repúdio ao racismo ambiental, no apoio a uma reforma agrária justa e inclusiva e no reconhecimento das lutas populares por participação e soberania. Desse modo, os minerais estratégicos e as Terras Raras presentes no subsolo baiano e brasileiros precisam ser colocados à serviço dos interesses nacionais, de seus povos e territórios, e não submetidos à lógica colonial de acumulação ampliada do capital.

Como citar:

SOUSA, Valdirene S. Rocha; ANTONINO, Lucas Zenha; GERMANI, Guiomar Inez. *A quem serve a transição energética? Minerais estratégicos, terras raras e conflitos na Bahia*. Salvador: GeografAR/UFBA, 2025. Disponível em: <https://geografar.ufba.br/mineracao> Acesso em: